



ESTADO DO TOCANTINS  
PODER LEGISLATIVO

**9ª Legislatura, 1ª Sessão Legislativa**

**19 de junho de 2019**

**Ata da Sexagésima Sexta Sessão Ordinária**

Às nove horas do dia dezenove do mês de junho do ano de dois mil e dezenove, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados, no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, em Sessão Ordinária, presidida pelo Senhor Deputado Antonio Andrade, secretariado pelos Senhores Deputados Vilmar de Oliveira, Primeiro-Secretário e Ivory de Lira, Segundo-Secretário. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão, com a presença dos Senhores Deputados Amélio Cayres, Cleiton Cardoso, Eduardo do Dertins, Elenil da Penha, Issam Saado, Ivory de Lira, Jair Farias, Léo Barbosa, Nilton Franco, Professor Júnior Geo, Valdemar Júnior, Vilmar de Oliveira, Zé Roberto Lula e das Senhoras Deputadas Amália Santana, Claudia Lelis, Luana Ribeiro, Vanda Monteiro e Valderez Castelo Branco. Encontram-se licenciados o Senhor Deputado Eduardo Siqueira Campos e o Senhor Deputado Jorge Frederico. Estavam ausentes os Senhores



ESTADO DO TOCANTINS  
PODER LEGISLATIVO

Deputados Fabion Gomes, Olyntho Neto e Ricardo Ayres. Após a leitura do Texto Bíblico, o Senhor Presidente, nos termos do art. 26, inciso I, alínea “c” do Regimento Interno, submeteu as Atas das Sessões anteriores à apreciação do Plenário, as quais foram aprovadas. Em seguida, foram lidos e despachados os Expedientes: Projeto de Lei número 16/2019, de autoria da Senhora Deputada Valderez Castelo Branco, que “dispõe sobre a gratuidade do reconhecimento voluntário da paternidade perante os oficiais de registro civil das pessoas naturais”; Projeto de Lei número 24/2019, de autoria da Senhora Deputada Vanda Monteiro, que “institui o Programa Jovem Trabalhador na administração pública do Estado do Tocantins”; Projeto de Lei número 39/2019, de autoria da Senhora Deputada Vanda Monteiro, que “garante prioridade de encaminhamento a vaga de emprego e de cursos profissionalizantes às mulheres que tenham sido vítimas de violência doméstica e familiar, da forma que especifica”; Projeto de Lei número 52/2019, de autoria do Senhor Deputado Professor Júnior Geo, que “veda a nomeação para cargos em comissão no âmbito do Estado do Tocantins de pessoas que tenham sido condenadas pela Lei Federal número 11.340”; Projeto de Lei número 57/2019, de autoria da Senhora Deputada Valderez Castelo Branco, que “altera a Lei número 1.818; art. 96, II que dispõe acerca da licença-maternidade nos casos de parto



ESTADO DO TOCANTINS  
PODER LEGISLATIVO

premature, e adota outras providências”; e Ofício número 130/2019, oriundo da Defensoria Pública do Estado, solicitando a retirada do Projeto de Lei Complementar número 1, de 25 de maio de 2015, que “concede revisão geral da remuneração dos cargos de provimento em comissão e funções de confiança da defensoria Pública do Estado do Tocantins, e adota outras providências”. Na Apresentação de Matérias, foram entregues os Projetos de Lei que receberam os números /2019, de autoria do Senhor Deputado Nilton Franco; 222/2019, de autoria da Senhora Deputada Vanda Monteiro; e os Requerimentos que receberam os números 1.094 a 1.109. Logo após, o Senhor Presidente, por falta de quórum, em Plenário, transferiu a deliberação da urgência das matérias apresentadas em regime de urgência para a Sessão subsequente. Em seguida, assumiu a Primeira-Secretaria a Senhora Deputada Vanda Monteiro e a Segunda-Secretaria o Senhor Deputado Cleiton Cardoso. No horário destinado às Comunicações, usaram a tribuna o Senhor Deputado Professor Júnior Geo, Elenil da Penha e Zé Roberto Lula. Na deliberação da Ordem do Dia, foram anunciados, em primeira fase de discussão e votação, os Projetos de Lei números: 15/2019, de autoria da Senhora Deputada Valderez Castelo Branco, que “declara de Utilidade Pública a Associação Cultural de Dança Sombras do Hip Hop”, que deu origem ao Processo número 44/2019; 32/2019, de autoria do



ESTADO DO TOCANTINS  
PODER LEGISLATIVO

Senhor Deputado Antonio Andrade, que “declara de Utilidade Pública o Instituto Viver Melhor – IVM, do município de Muricilândia-TO”, que deu origem ao Processo número 124/2019; 94/2019, de autoria da Senhora Deputada Vanda Monteiro, que “concede Título de Cidadão Tocantinense a Maria das Dores Costa Reis”, que deu origem ao Processo número 84/2019; e 112/2019, de autoria do Senhor Deputado Elenil da Penha, que “concede Título de Cidadão Tocantinense ao Major QOPM Dernivaldo da Costa Tirelo”, que deu origem ao Processo número 82/2019; os quais, votados, foram aprovados e encaminhados à segunda fase de discussão e votação. Foram anunciados, em fase única de discussão e votação, os Requerimentos números: 864, 865, 866, 867, 868, 871, 925, 993, 997, 1.087, 1.088, 1.089, 1.087, 1.088, 1.089, 848, 849, 850, 851, 855, 861, 862, 863, 872, 873, 874, 875, 876, 877, 878, 879, 880, 881, 882, 883, 884, 885, 886, 887, 888, 889, 890, 891, 892, 893, 894, 895, 896, 897, 898, 930, 931, 932, 934, 935, 936 e 937, os quais, votados, foram aprovados e encaminhados à Secretaria para providenciar. Não havendo oradores inscritos no horário destinado às Discussões Parlamentares, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às dez horas e cinquenta e dois minutos, convocando Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata, que



ESTADO DO TOCANTINS  
PODER LEGISLATIVO

aprovada será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

*1º Secretário*

*Presidente*

*2º Secretário*